



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025
PROCESSO Nº 103/2025

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

A contratação visa capacitar o Agente de Contratação e o Procurador Jurídico desta Casa de Leis frente às inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, especificamente sobre o rito processual para aplicação de sanções administrativas. O conhecimento é vital para garantir a segurança jurídica, evitar nulidades em processos sancionadores e atender às recomendações dos órgãos de controle externo.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO - "MASTERCLASS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DA REGULAMENTAÇÃO À APLICAÇÃO PRÁTICA", PARA 2 (DOIS) SERVIDORES.

EXECUTOR

RAZÃO SOCIAL:

INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA

CNPJ:

10.498.974/0001-09

ENDEREÇO:

IZABEL A REDENTORA, 2356 - CENTRO - SAO JOSE DOS PINHAIS/PR

RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha do INP Ltda baseia-se na inexigibilidade (art. 74, Lei 14.133/21) por notória especialização e exclusividade. O evento, regido pela Prof. Viviane Mafissoni (AGU), aborda metodologia singular sobre a aplicação de sanções. A contratação assegura capacitação técnica de excelência na transição regulatória.

PREÇO

R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A contratação visa capacitar o Agente de Contratação e o Procurador Jurídico desta Casa de Leis frente às inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, especificamente sobre o rito processual para aplicação de sanções administrativas. O conhecimento é vital para garantir a segurança jurídica, evitar nulidades em processos sancionadores e atender às recomendações dos órgãos de controle externo.

REGULARIDADE FISCAL

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativo a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais - Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) da Justiça do Trabalho.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- d) Certidão Negativa de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 14.133/2021, Art. 74, inc. III, alínea "f"

Palmital/SP, em 04 de dezembro de 2025